

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Tocantins – CAU/TO**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**





**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)**

---

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO**

**Demonstrações contábeis  
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balanço patrimonial**

**Balanço financeiro**

**Balanço orçamentário**

**Demonstração das variações patrimoniais**

**Demonstração dos fluxos de caixa**



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

---

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**1. Informações gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno.

O Conselho está localizado na Quadra 103 Sul, Rua SO 5, nº 12, Sala 104, Cep 77015-018, Plano Diretor Sul, Palmas/TO.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2017, por meio da Deliberação nº 001/2017.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

---

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 10*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 14*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## **3. Políticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### **3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.2 Contas a receber de anuidades**

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU-BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Houve reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 194.974,08, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80%



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

Quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD e nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do percentual de PCLD.

### 3.3 Estoques

Os materiais são registrados ao custo médio de aquisição, sendo reconhecida a despesa no momento da aquisição, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

Houve ajustes de valores em contrapartida da conta de ajustes de exercícios anteriores, pois o grupo veio com saldo do exercício 2015.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Anos</b>
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Veículos	5
Equipamentos de processamento de dados	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.



## **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**(Em milhares de Reais)**

---

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2016 e 2015****(Em milhares de Reais)**

---

desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

**3.9. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

**3.10. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

**3.11. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

**3.12. Demonstração das variações patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2016 e 2015****(Em milhares de Reais)**

---

O superávit patrimonial do exercício 2016 fechou num alto valor por motivos de reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 194.974,08, conforme relatórios 14 e 15 do SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, uma vez que, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10, 20% das receitas com anuidades constituem recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

**3.13. Demonstração do fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

**4. Gestão de risco financeiro****4.1. Considerações gerais e políticas**

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

**a) Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

### Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

### b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa	-	-
Banco conta movimento	21	2
Aplicações financeiras	694	613
<b>Total</b>	<b>715</b>	<b>615</b>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação na poupança, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

**6. Créditos de curto prazo**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Contas a receber de anuidades	195	-
( - ) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>-</b>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	195	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>-</b>

A Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD, nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do % de PCLD.

**7. Demais créditos e valores à curto prazo**

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Devedores da entidade	1	3
Entidades públicas devedoras	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

**8. Estoques**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Material de escritório	-	-
Material de limpeza	-	-
Outros materiais	-	19
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>19</b>

**9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prêmios de seguros	4	4
Imprensa Nacional	1	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

**10. Imobilizado**

<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>	
			<b>2016</b>	<b>2015</b>
Móveis e utensílios	68	24	45	51
Máquinas e Equipamentos	28	11	18	20
Instalações	17	6	11	12
Veículos	75	28	47	60
Equipamentos de Processamento de Dados	27	17	10	15
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>85</b>	<b>131</b>	<b>159</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Circulante	916	643
Não circulante	131	159
<b>Total</b>	<b>1.047</b>	<b>802</b>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:  
Movimentação do ativo imobilizado:

<b>Controladora</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31.12.2016</b>
Móveis e utensílios	68	-	-	24	45
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	11	18
Instalações	17	-	-	6	11
Veículos	75	-	-	28	47
Equipamentos de Processamento e Dados	27	-	-	17	10
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>131</b>

**11. Fornecedores a pagar**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prestação de serviço	9	7
Fornecedor de materiais	-	-
Outros fornecedores	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>7</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer		
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	9	7
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>7</b>

**12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para férias e encargos sociais	37	35
Outros impostos a recolher	0	0
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>35</b>

  

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo circulante	45	41
Passivo não circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>41</b>

**13. Patrimônio Líquido**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultados Acumulados	1002	761
<b>Total</b>	<b>1.002</b>	<b>761</b>



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

### 14. Provisão para riscos processuais

Conforme relatório de ações judiciais emitido pela Assessoria Jurídica do CAU-TO, constam 06 ações arquivadas e apenas 02 em cursos, as quais se encontram em grau de recursos para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília. Tais peculiaridades impossibilita atribuir uma probabilidade de êxito (Remota, Possível ou Provável), bem como seus valores atualizados para fins de balanço patrimonial 2016.

### 15. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos e reuniões realizados pelo sistema CAU-BR/CAU-TO, sendo concedido o valor de R\$ 17mil em 2016.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

### 16. Despesas por natureza

<b>Classificação por natureza</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Pessoal e Encargos Sociais	491	401
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	356	358
Investimentos	-	-
Inversões Financeiras	-	-
Amorização da Dívida	-	-
Reserva de Contingência	-	-
<b>Total</b>	<b>847</b>	<b>759</b>

### 17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.136	887
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	876	800
<b>(=) Superávit Patrimonial apurado</b>	<b>261</b>	<b>87</b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita Orçamentária Arrecadada	941	887
(-) Despesas Empenhadas	847	759
<b>(=) Superávit Orçamentário Apurado</b>	<b>94</b>	<b>128</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo Disponível Apurado	715	613
(-) Passivo Financeiro	49	44
<b>(=) Superávit Financeiro Apurado</b>	<b>666</b>	<b>569</b>

## 18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

<b>Item</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importância segurada</b>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	360
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículo	66
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	500
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
<b>Total</b>		<b>926</b>





**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

---

**19. Relacionamento com os auditores independentes**

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

**20. Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes.

Palmas/TO, 31 de dezembro de 2016.

Welideive dos Santos Oliveira Assessor Contábil CAU-TO CRC-TO 004769/O-2	Joseísa Martins Vieira Furtado Presidente do CAU-TO
--	--